

Boletim Informativo de Governo Aberto

"Ao unirmos vozes e perspectivas, governo e sociedade civil, por meio de uma colaboração ativa, comunicação aberta e troca constante de informações, construímos uma governança mais inclusiva, transparente e alinhada às necessidades reais do país."

Julio Botelho - Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM) e Coordenador do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil

APRESENTAÇÃO

BOLETIM DE GOVERNO ABERTO

Uma boa conversa começa com escuta e um espaço aberto para compartilhar e apreender com as experiências.

Pensando nisso, o Boletim de Governo Aberto foi criado para ser esse lugar de "puxar a cadeira" e se sentir à vontade para participar com muita troca.

O desejo é que este seja um canal potente para engajar governo e sociedade no acompanhamento de diversas iniciativas públicas. O Boletim será periódico, sempre trazendo informações sobre o **6º Plano de Ação Nacional** e outros assuntos de interesse que fazem parte dessa parceria. Também trará contribuições de outros atores que desenvolvem ações e políticas relacionadas à transparência, participação social, responsabilidade e responsividade.

Este é um informativo para dar visibilidade às histórias de transformação que estamos construindo colaborativamente - sociedade e governo -, na perspectiva do fortalecimento da democracia.

Nesta edição inaugural, são divulgados o evento "Diálogo com a Sociedade Civil" e outras informações do 6º Plano, com destaque para os temas sobre infraestrutura, educação popular, agricultura familiar e ciência aberta.

Boa leitura! Chegou o Boletim de Governo Aberto.

EVENTO

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL

Por Controladoria-Geral da União

O 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto vem trazendo uma série de inovações em relação aos anteriores, começando pela duração de quatro anos (2023-2027). Com esse tempo, aumenta a possibilidade da construção de compromissos com visão de longo prazo e com chance aumentada de obtenção de resultados mais robustos.

Outro aspecto importante é a participação de novos atores nessa construção. Organizações da sociedade e órgãos públicos, que ainda não haviam se encontrado no debate sobre Governo Aberto, agora estão juntos colaborando para a execução dos noventa e oito marcos do Plano. Isso significa que tem muito mais gente fortalecendo a agenda de governo aberto e conectada para a construção de uma nova cultura de governança na Administração Pública.

Além disso, a metodologia de monitoramento do 6º Plano prevê momentos de interação com a sociedade civil para que pessoas interessadas na temática conheçam como os trabalhos estão acontecendo e, também, para apresentarem sugestões, possíveis críticas e elogios à execução. É a hora do feedback! Governo e sociedade conversando para alinhar as expectativas - temas indicados por meio de consulta pública - com os resultados alcançados de cada um dos compromissos firmados.

Para a organização de algo tão importante, a CGU, juntamente com o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil (atualmente composto por 9 organizações), reuniram-se e desenharam uma proposta metodológica que possibilitasse a efetiva participação dos segmentos, incorporando a troca de informações, o debate e a sistematização de propostas. Assim nasceu a ideia de realizar o *Diálogo com a Sociedade Civil*. Este evento virtual tem o objetivo de apresentar o andamento das ações colaborativas entre governo e sociedade no contexto da execução do 6º Plano Nacional de Governo Aberto.

O evento busca criar um espaço de diálogo com sociedade civil de forma mais ampla, divulgar o 6º Plano Nacional de Governo Aberto e incentivar maior engajamento das organizações da sociedade civil nas ações de governo aberto.

O encontro ocorreu de forma remota, pela plataforma Teams, nos dias 20 e 21 de agosto de 2024, e contou com a presença de representantes de organizações da sociedade civil e representantes governamentais integrantes do 6º Plano de Ação Nacional, além outras instituições que participaram de planos anteriores e trabalham com temas relacionados.

Em cada dia, as discussões estiveram concentradas em quatro compromissos, e todas as contribuições foram coletadas e sistematizadas, no sentido do aprimoramento da execução dos ações.

Junte-se a nós e acompanhe o andamento do 6º Plano!



DESTAQUE

MAPEAMENTO DA JORNADA DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DO CAF

Por Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

O Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA desenvolveu, juntamente com a Ouvidoria-Geral da União (OGU-CGU), uma metodologia para mapear a experiência dos usuários do serviço destinado à obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

O projeto denominado Jornada do Usuário do CAF foi realizado com auxílio de uma consultoria técnica especializada, visando à elaboração de uma metodologia qualitativa de avaliação de serviços públicos, com base no levantamento dos desafios, dificuldades e necessidades enfrentadas, além da escuta ativa, por meio da unidade de ouvidoria, buscando aprofundar a relação das unidades gestoras do MDA com o seu público-alvo e, conseqüentemente, oferta de melhores serviços públicos para a agricultura familiar.

O mapeamento da jornada do usuário é uma importante ferramenta para melhorar a eficácia e efetividade de políticas públicas e beneficiar os usuários. Esse instrumento permite que os gestores públicos possam identificar as fragilidades e lacunas na oferta dos serviços públicos, possibilitando ajustes e melhorias, como: um atendimento mais eficiente, a melhoria dos processos relacionados, bem como a formulação de políticas públicas direcionadas às necessidades concretas dos cidadãos.

O Mapeamento da Jornada dos usuários do Serviço do CAF é um dos marcos do compromisso 7 do 6º Plano de Ação de Governo Aberto do Brasil. [Saiba mais!](#)



RESULTADOS

11 pessoas participando ativamente de ambos os órgãos (MDA e OGU) em oficinas para aprender metodologias de escuta ativa.

13 beneficiários do CAF entrevistados para identificar o valor que o serviço entrega, a partir das dificuldades de acesso.

01 jornada de usuário desenhada para sintetizar os achados da pesquisa.

12 oportunidades de aprimoramento do sistema CAF identificadas, que foram priorizadas de acordo com o seu impacto e viabilidade.

DESTAQUE

INFRAESTRUTURA CHEGA AO CENTRO DA AGENDA DE GOVERNO ABERTO E O COMPROMISO 1 É INCLUÍDO NO OPEN GOV CHALLENGE

Por Amanda Faria Lima, Transparência Internacional - Brasil

Grandes obras de infraestrutura são importantes para o desenvolvimento econômico e para a garantia de acesso a serviços e políticas públicas, mas também apresentam grandes riscos de corrupção e práticas ilegais. Essas obras também estão associadas, muitas vezes, a impactos socioambientais, especialmente para as comunidades diretamente afetadas por sua implementação. Promover a transparência sobre os investimentos em infraestrutura, bem como ampliar as oportunidades de participação social em todo o ciclo de vida dos empreendimentos, incluindo seu planejamento, são ações que contribuem para a redução dos riscos de corrupção e para que a infraestrutura atenda adequadamente às demandas e necessidades da população.

Diante desse contexto e da atualidade da pauta no país, especialmente com o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), discutir essa agenda no âmbito das políticas de governo aberto e com a colaboração entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil é um passo para fortalecer esta política pública em direção a maiores transparências, abertura e participação social. Em recente posicionamento sobre o aniversário de um ano da nova edição do programa, a Transparência Internacional Brasil apontou medidas importantes de transparência e integridade que precisam ser adotadas, assim como avanços em curso.

Nesse sentido, destacamos a inclusão inédita do tema de grandes obras de infraestrutura no 6º Plano de Ação de Governo Aberto, sendo que este foi o tema mais votado pela sociedade na consulta pública que identificou prioridades para o plano de ação. Este compromisso foi destacado no Open Gov Challenge, uma iniciativa que destaca compromissos de grande potencial de impacto positivo nos diferentes países membros da Parceria pelo Governo Aberto (Open Government Partnership).

A execução do 6º Plano de Ação de Governo Aberto teve início no primeiro semestre desse ano. Dessa forma, o desenvolvimento das ações de promoção de transparência e participação social em infraestrutura ainda encontra-se em fase inicial, mas com um caminho de fortalecimento da colaboração entre sociedade civil e governo já delineado.



Espera-se que a implementação desse compromisso contribua para o aprimoramento da disponibilização completa de informações sobre infraestrutura, o aperfeiçoamento do Portal obrasgov, a ampliação da divulgação de informações sobre os investimentos do Novo PAC, o mapeamento e proposição de ações e normas que promovam a transparência, participação e controle social no processo decisório da infraestrutura, as ações de capacitação e sensibilização para servidores e as iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social com a sociedade civil.

A promoção da transparência e da participação social em obras de infraestrutura ganhou espaço inédito nas ações de governo aberto do governo federal. Ainda em fase inicial, ações podem fortalecer a divulgação de informações e as oportunidades de participação social e é reconhecido pela Open Government Partnership com potencial impacto positivo.

FIQUE POR DENTRO

CIÊNCIA ABERTA É TEMA NA 76ª REUNIÃO DA SBPC E NA 5ª CONFERÊNCIA DE C&T

Por Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O tema de ciência aberta, que integra o 6º Plano de Ação de Governo Aberto, foi discutido em renomados encontros sobre ciência e tecnologia.

A 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - 5CNCT ocorreu nos dias 30, 31 de julho e 1º de agosto, em Brasília, com o tema “Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido”. A Ciência Aberta foi abordada em vários painéis da 5CNCT e teve participação ativa dos atores que integram o 6º Plano de Ação de Governo Aberto.



O assunto também entrou na pauta da 76ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Belém-PA, em julho de 2024. Durante o evento, a Dra. Fernanda Sobral, responsável pelo marco 2 do Compromisso 3 promoveu a Mesa Redonda “Como podemos contribuir com uma política Ciência Aberta no Brasil”. [Saiba mais](#)

SEMINÁRIOS REGIONAIS IDENTIFICAM E DESTACAM INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Por Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República

Os Seminários Regionais de Participação Social com Educação Popular, promovidos pela Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) da Secretaria-Geral da Presidência da República, mobilizaram educadores populares em todo o Brasil. Os encontros não só fomentaram discussões essenciais sobre a política de participação social e educação popular, mas também produziram subsídios para a atualização do Marco de Referência da Educação Popular nas Políticas Públicas. Essas ações integram o programa de Participação Social com Educação Popular nos Territórios e o 6º Plano de Ação em Governo Aberto, cujo 8º compromisso é coordenado pela SNPS, e visa fortalecer a participação social por meio da educação popular nos territórios brasileiros.

Nos encontros, foram apresentadas uma série de recomendações, tanto para o programa quanto para atualização do Marco de Referência da Educação Popular nas Políticas Públicas, e destacaram ainda a necessidade de intersectorialidade entre ministérios, estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de promover a educação popular pelos agentes responsáveis pelas políticas públicas em cada território do país.

Em relação ao 6º Plano de Ação, os seminários atendem a dois marcos deste compromisso, que preveem o mapeamento das iniciativas de educação popular e a realização de encontros entre educadores para troca de experiências e articulação entre iniciativas regionais. Nesse contexto, instituições como a ENFOC (Escola de Formação da Contag) e a Escola Nacional Paulo Freire, com reconhecida trajetória na educação popular, participaram desta realização, reforçando o comprometimento das iniciativas com os propósitos definidos.

Os Seminários reuniram mais de 250 representantes de entidades, incluindo movimentos indígenas, quilombolas, feministas, LGBTQIA+, redes de economia solidária, universidades e institutos federais, além de servidores de vários ministérios, fortalecendo o compromisso de ampliar a participação social e a educação popular no país.

O projeto, que integra o 6º Plano de Ação em Governo Aberto, ajudará a mapear educadores populares e atualizar o Marco de Referência da Educação Popular nas políticas públicas.